

Abastecimento



Diminuição de perdas. Moradores usavam galão para pegar água de mangueira no meio da rua em Embu das Artes

'GATOS' COMEÇAM A SUMIR EM OCUPAÇÃO

Sabesp leva rede de água para áreas irregulares

As mangueiras das ligações clandestinas que abasteceram centenas de famílias nas duas últimas décadas ainda contornam as vielas da comunidade Pégasus, em Embu das Artes, Grande São Paulo. Mas a água que a moradora Natália dos Reis, de 31 anos, usa para cuidar dos quatro filhos, agora, chega pelo cano aterrado e sai mais limpa da torneira.

A ocupação irregular onde ela vive há quase um ano é a primeira a receber a rede de abastecimento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sa-

besp) em um programa recém-lançado para reduzir as perdas de água por causa dos chamados "gatos". A meta é regularizar o fornecimento de água de 120 mil casas erguidas em áreas públicas que não sejam de proteção ambiental até 2017, 30% do total de domicílios nessa situação na região metropolitana.

"A gente pegava água direto da mangueira na rua com galão e quase sempre vinha quente. As crianças ficavam com muita diarreia. Isso quando não faltava água e elas tinham desidratação", contou Natália, que mora em uma das 1.141 casas conectadas à tubulação da Sabesp entre

novembro de 2015 e este mês.

Segundo a Sabesp, desde então, 17 milhões de litros de água potável deixaram de ser desperdiçados por meio de furos e rompimento das mangueiras improvisadas. Ao término da ofensiva, que deve beneficiar 400 mil pessoas, a meta é economizar até 2,5 bilhões de litros por mês, volume suficiente para atender uma cidade do porte de Piracicaba, no interior paulista.

"A principal vantagem para a Sabesp é a diminuição das perdas. Deixamos de produzir água potável para virar vazamento. Para a comunidade, além de isentar o chefe de família de ficar trocando tubo aos domingos, você dá cidadania às pessoas, uma vez que a conta de água se torna um comprovante de endereço que eles não tinham", diz o presidente da Sabesp, Jerson Kelman.

Natália conta que foi só após receber a primeira conta, neste

mês, que conseguiu matricular os filhos na escola municipal. "Era como se a gente não existisse antes. Era difícil até ser atendido no posto de saúde porque eles pediam um comprovante de residência", conta a cozinheira, que paga a tarifa social - R\$ 7,00 para quem consome até 10 mil litros por mês - 66% mais barata do que a tarifa básica.

Para ela, agora "só falta o esgoto". Kelman explica que negocia a instalação dessa rede com as prefeituras, que precisam fazer a reurbanização das áreas para que a infraestrutura subterrânea possa ser executada. /F.L.